



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## Comissão Especial de Veto

### PARECER

PROJETO DE LEI N. 947/2020

### Relatório

Trata-se de análise do Projeto de Lei nº 947/2020, de autoria da Comissão Especial de Estudo - Racionalização do Estoque de Normas do Município, que ao ser enviada para o chefe do executivo para sanção recebeu o número de Proposição de Lei 75/2023, após ter sido aprovada em ambos os turnos.

Ao ser analisado o projeto, o Executivo decidiu por vetar parcialmente pelas seguintes razões:

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do inciso 11 do art. 92 da Lei Orgânica — LOMBH —, decidi vetar parcialmente a Proposição de Lei nº 75, de 2023, que "revoga a legislação que menciona", por contrariedade ao interesse público, nos itens CCCLXVII, CCCLXVIII, CCCLXXII, CCCLXXIV, CCCI,XXVI, CCCLXXVI I, CCCLXXVIII, CCCLXXIX, CCCLXXXI, CCCLXXXII, CCCLXXXIII, CCCLXXXV, CCCLXXXVIII, CCCXC, CCCXCIV, CCCXCIX, e CD do Anexo III, e nos itens III, CXXXVII, CXCI, CCCI, CCCXIV, CCCXV, CCCXVI, CCCXIX do Anexo IV.

Chamada a se manifestar, a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão — SMPOG — ressaltou que seria inaplicável a revogação das leis correspondentes aos itens CCCLXVIII, CCCLXXIV, CCCLXXVI, CCCI,XXV I I, CCCLXXVIII, CétLXXIX-CeCLXXXI, CCCLXXXII, CCCLXXXIII, CCCLXXXV, CCCLXXXVIII, CCCXC, CCCXCIV, CCCXCIX, e CD do Anexo III, compreendendo se tratar da legislação orçamentária de exercícios financeiros anteriores. Sendo assim, as referidas leis necessitam constar no histórico da legislação municipal, considerando que representam o cumprimento de obrigação legal a cada exercício e são utilizadas para apuração do cumprimento das metas fiscais fixadas em cada ano.

Os itens III, CXXXVII, CXCI e CCCI do Anexo IV, por sua vez, revogam leis atualmente utilizadas pelo Poder Executivo na gestão de servidores e na execução de atos administrativos, de acordo com manifestações da SMPOG e da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A — Belotur. Assim, a revogação de referidas leis resultaria em prejuízo ao interesse público.

Por fim, acerca do item CCCLXXII, do Anexo III, e dos itens CCCXIV, CCCXV, CCCXVI, CCCXIX do Anexo IV, ressalto que as leis referidas são fundamento jurídico para operações financeiras atualmente realizadas pelo Poder Executivo, o que fora salientado pela SMPOG. Deste modo, a revogação, além de contrária às finalidades da proposição de lei, implicaria em prejuízo ao exercício das responsabilidades do Executivo e ao interesse público.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a vetar os itens CCCLXVII, CCCLXVIII, CCCLXXII, CCCLXXIV, CCCLXXVI, CCCLXXV II, CCCLXXVIII, CCCLXXIX, CCCLXXXI, CCCLXXXII, CCCLXXXIII, CCCLXXXV, CCCLXXXVIII, CCCXC, CCCXCIV, CCCXCIX, e CD do Anexo III, e os itens III, CXXXVII, CXCI, CCCI, CCCXIV, CCCXV, CCCXVI, CCCXIX do Anexo IV da Proposição de Lei nº 75, de 2023, as quais submeto à elevada apreciação das Senhoras e dos Senhores membros da Câmara Municipal

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 10/07/23  
HORA: 16:37



Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, a saber, análise do veto parcial da proposição de lei.

## Fundamentação

Recentemente, o exmo. ministro Luiz Fux, em verdadeiro *leading case*<sup>1</sup>, assim decidiu:

Os controles regulatórios, à luz do consequencialismo, são comumente dinâmicos e imprevisíveis. Consoante ressaltado por Cass Sustein, "as normas regulatórias podem interagir de maneira surpreendente com o mercado, com outras normas e com outros problemas. Consequências imprevistas são comuns. Por exemplo, a regulação de novos riscos pode exacerbar riscos antigos (...). As agências reguladoras estão muito melhor situadas do que os tribunais para entender e combater esses efeitos" (SUSTEIN, Cass R., "Law and Administration after Chevron". *Columbia Law Review*, v. 90, n. 8, p. 2.071-2.120, 1990, p. 2.090).

Ao comentar a "doutrina Chenery", o professor e juiz federal do Tribunal de Apelação do Sétimo Circuito, **Richard Posner** salienta:

"A doutrina Chenery impede que um tribunal de revisão decida uma questão administrativa sob um fundamento diferente daquele da agência (...). Se a agência admitisse estar vinculada simplesmente numa busca pela verdade, seria apropriado que o tribunal de revisão contemplasse a decisão da agência sob qualquer embasamento a critério do tribunal; presumivelmente a agência até abraçasse este fundamento. Mas se as determinantes concretas da decisão da agência são políticas, será difícil para o tribunal predizer se a agência adotaria o fundamento sugerido"<sup>2</sup>

Em artigo intitulado, **O controle judicial sobre os atos políticos e administrativos**, listado como doutrina selecionada pela AGU, MPSP, STJ, TST e TCE/RJ, o professor **Raphael Boechat Alves Machado** aponta:

O controle tem por função exatamente garantir a liberdade de ação dos poderes constituídos. E nesse sentido é positivo, porque tem por finalidade o exercício pleno de cada poder nos limites impostos pela Constituição.

O controle e a liberdade assumem, inversamente, duas faces, uma positiva e outra negativa. O ato praticado dentro da moldura das fronteiras da legislação (liberdade positiva) não está ao alcance dos mecanismos de controle (controle negativo). Porém, quando a ação superar as barreiras traçadas pela legislação (liberdade negativa), surgirá o controle em sua feição positiva, direcionando a ação exorbitante às fronteiras dos diques legais. Fórum administrativo. Imprensa: Belo Horizonte, Fórum, 2001. Referência: v. 18, n. 204, p. 72-80, fev., 2018. Disponibilidade: Rede Virtual de Bibliotecas

---

<sup>1</sup> AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.083.955 DISTRITO FEDERAL

<sup>2</sup> "The Chenery doctrine forbids a reviewing court to uphold administrative action on a rationale different from that of the agency (...). If the agency were thought to be engaged simply in a search for truth, it would be appropriate for the reviewing court to uphold the agency's decision on any ground that made sense to the court; presumably the agency would embrace that ground. But if the real springs of agency decisionmaking are political, it will be difficult for the court to predict whether the agency would adopt the suggested ground" (POSNER, R. A. *Economic Analysis of Law*. 9 ed. § 24.10, pág. 885. University of Chicago Law School. New York, Wolters Kluwer, 2014)



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

Dito isso, as razões trazidas pelo Executivo não transbordam as molduras legais que circunscrevem seu raio de competência, sendo por isso, opino pela manutenção do veto parcial.

## Conclusão

Assim, ante as razões expostas, opino pela manutenção do veto.

Assinado de forma digital  
por CIRO DANIEL DE  
SOUZA PEREIRA DA  
SILVA:01507345658  
Dados: 2023.07.10  
16:35:26 -03'00'

Vereador **Ciro Pereira**

**Relator**